



EJA - ENSINO FUNDAMENTAL - UMA PROPOSTA REAL

Prof^a. Ms. Beatriz Elaine Picini Magagna

RESUMO

A falta de empregos e um mercado competitivo exigem do trabalhador brasileiro uma participação mais criativa, o conhecimento escolar reflexivo, além de competências diversas para a sua inserção social, por essa razão, a necessidade de escolarização dos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso ou permanência na escola no tempo adequado.

A possibilidade de conclusão do ensino fundamental apresenta-se como uma alternativa para instrumentalizá-los na superação dos problemas pessoais e profissionais cotidianos. Com o avanço tecnológico e científico, apenas a alfabetização não lhes dá subsídios para enfrentar as dificuldades vivenciadas.

A formação de parcerias que viabilizem: aulas presenciais, reflexão teórica, avaliação em processo e o estímulo para a continuidade de estudos, são ações imprescindíveis na Educação de Jovens e Adultos.

No Brasil, pela sua extensão territorial e diversidade cultural, a oferta de salas de aula para essa modalidade de ensino exige a mobilização de todos os segmentos para a sua realização: poder público e sociedade civil. Uma oferta única e de qualidade é possível.

O Proeja-Uniso – Programa de Educação de Jovens e Adultos da Universidade de Sorocaba, demonstra em doze anos de existência que a formação de parcerias viabiliza sua realização. Nossa História pode ser escrita de outra forma e por muitas mãos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Parcerias. Avaliação em Processo.

ABSTRACT

The lack of jobs and the competitive market demand from the Brazilian worker a more creative participation, the schooling background based on thinking in addition to different competences in order to ensure their social inclusion. Therefore, it is necessary the education of young people and adults who have not had the opportunity of access to or permanence in school during the expected time of it.

The possibility of finishing the secondary school means an alternative to give people the skills to overcome their everyday personal and professional problems. As far as the technological and scientific improvements have been occurring, only the literacy has not been enough to provide these people support to face the difficulties experienced.

The joint of partnerships in which there must be classrooms instruction, theoretical thinking, assessment based a process and the incentives for the program of the studies are essential actions in the Education of young people and adults. While there is a huge extension of territory and a cultural diversity in Brazil, the provision of classrooms for this kind of teaching requires the mobilization of all segments including the government and the civil society in order to achieve it. A unique offer of quality is possible.

Proeja-Uniso, which is a program of education for young people and adults at the University of Sorocaba – State of São Paulo (Programa de Educação de Jovens e Adultos da Universidade de Sorocaba) has shown for twelve years of existence that the joint of partnerships may enable the accomplishment of this kind of program. Our history may be written in another way and by many hands.

1 - Mestre em Educação - Uniso: Universidade de Sorocaba;
- Coordenadora desde 2000 do PROEJA-Uniso - Programa de Educação de Jovens e Adultos da Universidade de Sorocaba;
- Formação: Letras português/inglês; Pedagogia (administração escolar, supervisão, orientação educacional);
- Mestrado em Educação, na Uniso;
- Perfil profissional: professora de Língua Portuguesa e Inglesa;
- Diretora de Escola no Instituto Educacional Matheus Maylasky - escola de educação infantil e ensino fundamental mantida pela Fepasa e centro de treinamento da Fepasa - Ferrovia Paulista S/A;
- Consultora administrativa e educacional.

KEYWORDS: Education of Young People and Adults. Partnerships. Assessment based on a Process.

A situação socioeconômica que exclui uma parcela significativa de brasileiros do acesso ao básico é uma realidade que se estabelece enquanto essência do sistema capitalista, no qual se privilegia a produção em detrimento do ser humano.

No momento atual, que se configura num contexto de precarização do emprego e ampliação da concorrência entre os trabalhadores, tornam-se necessárias ações que visem auxiliá-los na luta contra a exploração da pobreza e da situação de miserabilidade em que muitos se encontram.

O mercado competitivo exige do trabalhador brasileiro uma participação mais criativa e o conhecimento escolar reflexivo, tornando-se uma necessidade a sua inserção ativa em uma sociedade letrada, que exige além de competências diversas para o mercado de trabalho, habilidades simples como tomar um ônibus, ir ao supermercado, entre outras.

A oferta de um espaço para a reflexão do conhecimento na educação de jovens e adultos é um meio de trabalhar essas diferenças sociais, ajudando na

descoberta de alternativas a construção de um processo contínuo, permanente e gratuito para todos. A busca por melhores condições de vida para a população é uma luta a ser enfrentada, objetivando a mudança do quadro social atual.

Esse público, uma boa parte composta de trabalhadores, se vê obrigado a recuperar essa defasagem de maneira rápida, sem a oportunidade de um espaço para discussão, reflexão e elaboração de alternativas que possibilitem a superação das dificuldades cotidianas enfrentadas.

A compreensão de sua participação no mundo contemporâneo letrado e a discussão problematizada de sua vida para solução dos problemas diários, inerentes a todo ser humano, apresenta-se como uma real oportunidade de acesso às possibilidades sociais e, conseqüentemente, de uma melhor qualidade de vida.

Para entendermos nossa realidade, um breve relato histórico de como a EJA foi tratada permite a reflexão e a busca por alternativas viáveis para uma oferta efetiva no país. As atitudes erradas do passado servem como exemplo para a escolha de outro rumo para a Educação de Jovens e Adultos. Nós temos essa opção.



NOSSA HISTÓRIA...

A Educação de Jovens e Adultos teve sua origem e trajetória no Brasil marcada por ser uma educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades de acesso ou permanência na escola no tempo adequado e por ter se constituído em um sistema paralelo ao sistema regular de ensino.

Mas não podemos esquecer que o nosso país na época da colonização prescindia de escolarização. Na República, mesmo com a herança deixada pelo império, as preocupações em combater o analfabetismo, embora punccionado por ideologias nacionalistas, não deixa de ser uma tentativa de aglutinar essa população marginalizada. Entretanto, a educação para todos permanece como uma aspiração, e não como uma realidade.

Com a política econômica cafeeira adotada, a sociedade rural brasileira não tinha forças suficientes para demonstrar seu descontentamento, devido às duras condições de trabalho e ao isolamento, o que justificava o alto índice de analfabetos. Conforme destaca Ribeiro (2000, p. 81): “[...] em 1920, 65% da população de quinze anos ou mais era analfabeta”.

Com o crescimento da população urbana, a partir dos movimentos migratórios campo-cidade, na década de 50, surgiu a necessidade de adaptar o trabalhador rural a essa nova realidade, ou seja, a de adquirir um conhecimento mínimo que o colocasse em condições de operar as máquinas da indústria, ou ainda, o novo modelo social urbano-comercial, mas a sua não resolução tem por indicadores recursos escassos e falta de empenho político. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961 (Lei 4.024), são ampliadas as possibilidades para os adultos, com a formação de classes especiais, implantadas a partir de 1962, que tinham por objetivo preparar os: “[...] maiores de 16 e 19 anos a obtenção de certificado de conclusão dos cursos ginásial e colegial, respectivamente, mediante a prestação de exames de madureza, em dois anos no mínimo e três no máximo [...]”. (VILLALOBOS, 1978, p.144).

Diante do sucesso do método Paulo Freire, o governo aprovou, em janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização, porém, foi interrompido três meses depois pelo golpe militar. Mesmo assim, muitos foram alfabetizados nesse período pela sociedade civil.

A Constituição de 1967 traz uma importante contribuição, pois declara a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos, auxiliando, dessa maneira, na diminuição da evasão escolar, reduzindo o número de crianças fora dos bancos escolares e, conseqüentemente, de adultos analfabetos. (VILLALOBOS, 1978, p.138).

O momento político vivido pelo país no período militar passou a intensificar a formação para o trabalho. Dentro desse contexto é elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 5.692/71, em que aparece pela primeira vez a orientação explícita da educação para o trabalho. Essa lei regulamentou o ensino de 1º e 2º Grau, ficando visível: “[...] a ênfase na quantidade e não na qualidade, nos métodos (técnicas) e não nos fins (ideais), na adaptação e não na autonomia, nas necessidades sociais e não nas aspirações individuais, na formação profissional em detrimento da cultura geral” (RIBEIRO, 2000, p. 195).

Com o objetivo de trabalhar a alfabetização, surgiram ao longo desse período, programas que preparavam alunos para manusearem as máquinas e outros programas de alfabetização como o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, por meio dos quais os jovens e adultos que não tiveram acesso à Educação obtinham um conhecimento mínimo.

Na década de 80, houve também a intensificação de cursos e exames supletivos. O Mobral foi extinto em 1985 e em seu lugar foi criada a Fundação Educar², que preferia apoiar técnica e financeiramente as iniciativas públicas e privadas. Dentre outros objetivos, privilegiava a execução de programas de alfabetização e educação básica.

“O mercado competitivo exige do trabalhador brasileiro uma participação mais criativa e o conhecimento escolar reflexivo.”

2 A Fundação foi regulamentada pelo Decreto 91.980, de 25 de novembro de 1985, substituindo a denominação Mobral para Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

Outra ação para Educação de Jovens e Adultos, em 1991, foi o lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, através do Ministério da Educação, no Governo Collor. Esse programa veio a ser divulgado na imprensa, sem alcançar, porém, grande repercussão.

Iniciativas privadas também se fizeram presentes, como por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, através da implantação do telecurso, em maio de 1998. Os interessados poderiam ter as aulas em sua casa, pela TV, logo nas primeiras horas da manhã ou através das diversas telessalas distribuídas pelo país. Esse programa também fez parcerias com a Fiesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Sesi (Serviço Social da Indústria), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e IRS (Instituto Roberto Simonsen).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, 1994 – 2002, é implantado o Programa Alfabetização Solidária. Esse programa conchama a população a adotar um analfabeto com um custo mensal, envolvendo também universidades que dão o apoio necessário ao processo pedagógico.

Em 8 de setembro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um novo plano para a erradicação do analfabetismo: *Brasil Alfabetizado*, que tem por princípio o engajamento de toda a população nessa causa, qual seja, a de alfabetizar jovens e adultos, objetivando a união e a solidariedade, quando veicula pela televisão a frase: “O Brasil é um país de todos”.

Paralelo ao movimento de abrangência nacional, a Secretaria do Estado da Educação lançou, em junho de 2003, o PAI – Programa de Alfabetização e Inclusão, formando parcerias com as universidades: o Estado disponibilizou o material didático para professores e alunos gratuitamente e às Universidades coube o apoio e acompanhamento pedagógico. Esse projeto foi instinto com a mudança de governo.

Apesar de todas as iniciativas citadas, muito ainda precisa ser feito, pois: “[...] os índices permanecem alarmantes, quando constatamos existir 34,1% da população brasileira acima de 20 anos ou mais de idade classificados como analfabetos funcionais, ou seja, com até quatro anos de escolarização” (SOARES, 2002, p.18). E ainda, alunos do ensino fundamental regular em anos avançados, analfabetos.

A preocupação com educação/formação no Brasil ainda não se constituiu, enquanto oferta, para todos. São vários os movimentos que se desenvolveram e outros que ainda hoje viabilizam a educação de jovens e adultos, entretanto, em nossa compreensão, sua oferta não abrange toda a população. Como afirma Leôncio Soares, para termos uma política nacional integrada, é necessário: “[...] que a política nacional de educação continuada e de formação profissional de Jovens e Adultos resulte de articulação intersetorial e interinstitucional, sob a coordenação do Ministério da Educação – MEC” (2002, p.161).

A possibilidade de termos em nível nacional uma educação para jovens e adultos, única e de qualidade, pode ser uma das alternativas para a permanência de crianças na escola e da redução do índice de miséria no país.

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos ainda não se constitui, enquanto oferta, para uma boa parte da população, pois nosso passado colonialista, escravocrata e ditatorial não contribuiu para estabelecermos uma educação/formação de qualidade para essa modalidade de ensino. Mas podemos e devemos mudar o presente e construir um novo futuro.

O Ensino Fundamental representa a formação mínima que o ser humano deve superar para ter a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. As empresas, hoje, exigem além da certificação, o conhecimento que dê subsídios ao trabalhador para desempenhar com tranquilidade as exigências do seu cotidiano profissional. Mudar a realidade torna-se urgente, quando temos por dados, apenas do analfabetismo:

São vários os movimentos que se desenvolveram e outros que ainda hoje viabilizam a educação de jovens e adultos, entretanto, em nossa compreensão, sua oferta não abrange toda a população.



Brasil 15 anos ou mais	Analfabetos 15 anos ou mais	Analfabetos Funcionais 15 anos ou mais	
		Números	Taxa
121.011	20.724	33.067	27,3

Fonte: INEP – Mapa do Analfabetismo no Brasil. Dados IBGE/Pnad, 2001.

A educação torna-se uma necessidade quando vivemos em uma sociedade letrada e, a formação humanística que propicie ao ser humano condições de refletir e escolher seu caminho, imprescindível, pois:

A distinção que conta entre o animal e o homem não é apenas de grau relativo, mas a que há entre o orgânico e o social... Bach, se tivesse nascido no Congo e não na Saxônia, não teria produzido nem um mínimo fragmento de um coral ou de uma sonata, embora possamos ter certeza de que teria superado seus compatriotas em alguma forma de música (SAVATER, 1998, p.34).

UMA POSSIBILIDADE...

O Proeja-Uniso – Programa de Educação de Jovens e Adultos da Universidade de Sorocaba, prática extensionista, desde 1998, oferece no ensino fundamental um espaço que contribui para que o indivíduo tenha acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, ao mesmo tempo em que busca instrumentalizá-lo para que possa produzir e reproduzir a sua existência.

A Universidade de Sorocaba estabelece parceria com as cidades da região, oferecendo a formação inicial e continuada do professor, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem e, através de parceria com o Rotary Clube Sorocaba Manchester, o material de apoio didático,

gratuitamente para professores e alunos. Os municípios oferecem o espaço para o ministério das aulas e o pagamento do professor.

Os horários são flexíveis, seis horas de 2ª fase (5ª a 8ª série), sendo três horas por área de conhecimento. Esse procedimento permite ao jovem e adulto trabalhador concluir seus estudos, respeitando o seu ritmo e não os esgotando, muitas vezes fazendo-os desistir pelo cansaço da jornada.

A Constituição estabelece que a educação infantil e o ensino fundamental sejam oferecidos e supervisionados pelos municípios, e ainda no caso do fundamental, designa às cidades a responsabilidade de oferta da Educação de Jovens e Adultos.

No primeiro segmento, a avaliação é feita conforme o exigido nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei 9.394/96 de 20/12/96, pela Secretaria de Educação Municipal, para fins de trabalho. Muitas empresas exigem a certificação como garantia do emprego. Entretanto, no caso do segundo segmento do ensino fundamental, os educandos, além das reflexões necessárias no processo de formação e as competências elencadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, serão avaliados e certificados pelo Enceja/Estado de São Paulo e os municípios.

O Inep – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira, através do Enceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, elabora e disponibiliza a prova, ou “Provão” como é conhecido popularmente, para o Estado de São Paulo. As cidades que querem assinam um termo de adesão, ficando com a responsabilidade de aplicação da prova e certificação. Mas a avaliação é corrigida pelo Inep.

Há de se questionar, apesar da avaliação ser muito bem elaborada, a importância de tal medida para aferição de resultados, pelo fato das provas objetivas nem sempre contarem com o conhecimento prévio, devidamente refletido, ou ainda, o desgaste para sua aplicação.

Nesse sentido, anualmente, aos jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino é oferecido o teste de escolaridade para certificá-los, mas não o espaço de

uma sala de aula que possibilite a apreensão do currículo, de forma que esse conhecimento propicie ao educando a sua formação individual e coletiva, com subsídios necessários que viabilizem a consciência crítica, moral e ética pretendida.

O principal objetivo na EJA deveria ser o de vincular

o conteúdo exigido, patrimônio da humanidade, aos problemas apontados pela realidade, promovendo o auxílio a uma leitura crítica da realidade, com o desenvolvimento da consciência política dos educandos, o que para alguns demanda um tempo maior.

A preocupação com o conhecimento que esses educandos irão adquirir, as suas condições de vida e a maneira como eles podem se apropriar dos bens culturais postos à disposição da humanidade, utilizando-os para a transformação de suas existências, são pontos cruciais quando trabalhamos a formação

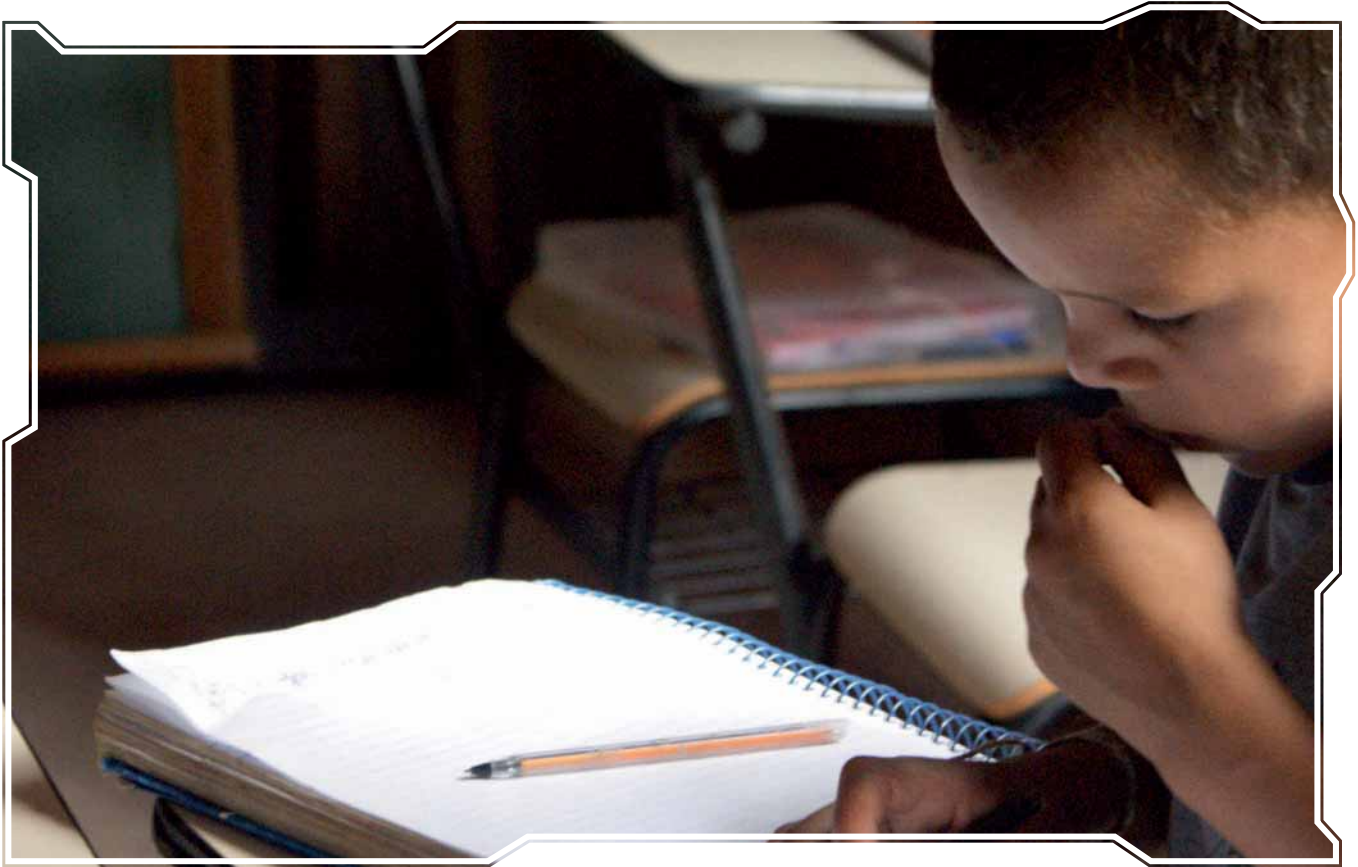
humana.

A prática tem como exigência trabalhar os conteúdos de forma a permitir a reflexão constante do cotidiano do educando, acrescentando temas atuais. Portanto, prescinde da utilização de um material de apoio – currículo/contéudo, como é o caso no Proeja-Uniso, tendo por objetivo a reflexão da forma como deve ser trabalhado, ou seja, sua práxis, bem como discutir todos os condicionamentos reais inseridos dentro de uma sala de aula e a reflexão das possibilidades para seu enriquecimento, procedimento constante da equipe pedagógica do Programa.

A reflexão inserida no cotidiano do educando é um instrumento didático poderoso para fornecer condições de ingresso ou permanência no mercado de trabalho, também de conscientização política e resgate da condição humana.

Essa modalidade de ensino exige não apenas o estudo do conteúdo para a certificação, mas uma reflexão e discussão efetiva inserida no cotidiano do educando, trabalhando a forma como o currículo/contéudo é abordado, cuja finalidade tem de viabilizar o

“São vários os movimentos que se desenvolveram e outros que ainda hoje viabilizam a educação de jovens e adultos, entretanto, em nossa compreensão, sua oferta não abrange toda a população.”



processo emancipatório do educando. Portanto, a questão prende-se na tensão entre os elementos regulatórios e os emancipatórios.

Se tivermos uma avaliação em processo, o que pode ser feito pelas secretarias municipais, com o auxílio das universidades, o que já acontece no Proeja-Uniso no caso do primeiro segmento, para fins de trabalho, causaria menos contratempo ao educando, que aos poucos vai sendo avaliado sem a necessidade de gerar as expectativas inerentes ao processo atual, tais como: a provável data, que muitas vezes não acontece no mesmo ano, inviabilizando o prosseguimento de estudos e desestimulando o educando; passar o dia todo respondendo às questões que exigem concentração e memória, além de uma capacidade ímpar para chegar ao final do dia, na última disciplina, normalmente matemática, com o raciocínio pleno.

Outro fator importante que contribuiria para a mudança do procedimento é a economia para os cofres públicos, pois muitos se inscrevem e não comparecem. Mas, as avaliações são impressas. E ainda evitaríamos incidentes com a prova, como no caso do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, que aconteceu no ano de 2009.

O Educador Paulo Freire demonstra em suas obras que uma pedagogia não pode ser entendida apenas como

método de alfabetização/educação de adultos com uma abordagem aligeirada. A sua filosofia se posiciona a favor da liberdade, da justiça e da autonomia do ser humano, entendendo que a luta por espaços mais democráticos é um direito de todos e a sua não oferta se constitui na desumanização de homens e mulheres, jovens e adultos, impedidos de estarem no mundo com dignidade.

A opressão do povo brasileiro existe e é real, as dificuldades de acesso de uma boa parcela deste à educação, hoje, se mostra uma certeza, pelo número dos matriculados no programa anualmente. Portanto, a oferta de salas de EJA apresenta-se como alternativa viável para uma formação libertadora.

A sua oferta irregular importa em responsabilidade da autoridade competente, distribuindo a obrigação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que supõe: “[...] uma política educacional integrada da EJA de modo a superar o isolamento a que ela foi confinada em vários momentos históricos da escolarização brasileira, quanto um efetivo regime de colaboração [...]” (SOARES, 2002, p. 62).

Eradicar o analfabetismo e universalizar o atendimento são faces da mesma moeda e significam o acesso de todos os cidadãos brasileiros, pelo menos,

ao ensino fundamental. Ora – seu nome já o diz – o fundamento é a base e a ponte necessárias para quaisquer desenvolvimentos e composições ulteriores. (SOARES, 2002, p.62)

O Brasil é compromissado com acordos internacionais, como a *Educação para Todos*, assumido com a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – em 2000 em Dakar (Senegal), colocando a educação como “um direito fundamental e a chave para o desenvolvimento sustentável”. (Compromisso de Dakar – disponível em: <www.unesco.org.br>).

A elaboração da Lei 10.172/2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) em seu diagnóstico sobre a situação da Educação de Jovens e Adultos e especificamente na situação de analfabetismo no Brasil, elenca:

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo. Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Esclarece em suas diretrizes que a globalização os avanços científicos e tecnológicos, necessita da educação/formação ao longo da vida, bem como do envolvimento da sociedade civil para essa oferta, além de estudos para a elaboração de material didático e especialização do corpo docente.

A realização desse plano, em sua totalidade, para que se consiga atingir plenamente os objetivos, são várias as ações a serem viabilizadas, dentre elas uma oferta igualitária em todo território nacional, a preparação e contratação de professores para atender a demanda e, principalmente, a avaliação em processo. Se os cursos forem “[...] ofertados sob a forma presencial, permitem melhor acompanhamento, a avaliação em processo e uma convivência social” (SOARES, 2002, p. 73).

As funções estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, norteando as ações para a Educação de Jovens e Adultos, demonstram claramente a importância de uma sala de aula que possibilite a reflexão desejada:

Função reparadora: que se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado;

Função equalizadora: que propõe garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades, de acesso e permanência na escola, aos que até então foram mais desfavorecidos;

Função qualificadora: que corresponde às necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas, próprias da era em que nos encontramos (SOARES, 2002, p.13).

A Declaração de Hamburgo, documento redigido na V Confinteia – Conferência Internacional de Educação de Adultos – em 1997, na Alemanha, documento de compromisso internacional da Unesco que, pela significação política, social e humana, demonstra a preocupação global para com os direitos humanos, no caso, o acesso à educação de milhões de jovens e adultos no mundo, alerta sobre a necessidade do desenvolvimento humano para a sobrevivência da humanidade.

Na VI Confinteia, realizado em 2009 no Brasil, os fóruns estaduais passaram um bom tempo discutindo as propostas para a conferência, mantendo a preocupação com a proposta de “Educação ao longo da vida, uma realidade para todos”.

Os compromissos internacionais e nacionais para a educação de jovens e adultos constituem-se uma realidade. Várias são as mobilizações para que se concretize uma oferta igualitária no Brasil e no mundo. Todos nós, juntos, podemos mudar essa realidade. Afinal,

Os outros seres vivos já nascem sendo o que definitivamente são, o que serão irremediavelmente, aconteça o que acontecer, ao passo que nós, humanos, o que parece mais prudente dizer é que nascemos para a humanidade. Nossa humanidade biológica necessita uma confirmação posterior, algo como um segundo nascimento no qual, por meio do nosso próprio esforço e da relação com outros humanos, se confirme definitivamente o primeiro. (SAVATER, 1998, p.30-31).

CONSIDERAÇÕES

A história do país pode ser mudada, aprendemos com o passado, podemos interferir no presente, idealizando um futuro melhor para os jovens e adultos sem escolarização. Hoje, o país tem condições de mudar a realidade da educação de jovens e adultos. O governo, em todas as esferas, já viabiliza ações importantes para essa modalidade de ensino.

Todos nós escrevemos a história individual e coletiva cotidianamente, portanto, em um movimento conjunto temos como mudá-la, escrevendo-a com mais solidariedade e igualdade. Temos liberdade para isso.

A prática cotidiana no Proeja-Uniso demonstra que é possível para a extensão de uma universidade oferecer uma ação comunitária efetiva a essa população. A política pública para a Educação de Jovens e Adultos não tem a necessidade de ser um trabalho isolado.

As universidades comunitárias, estaduais e federais, através da extensão, poderiam ficar responsáveis pela formação inicial e continuada do professor, disponibilizando estagiários para a observação do processo ensino-aprendizagem, enriquecendo a pesquisa e contribuindo efetivamente para a prática de estágio nas licenciaturas. E também, estimular estudos para a elaboração de material didático e métodos que atendam a especificidade da população atendida, analisando as problemáticas enfrentadas pelo educando, buscando trabalhar sua superação.

As cidades, por sua vez, como já o fazem as parceiras do Proeja-Uniso, cuidariam da oferta do espaço, da supervisão e da avaliação em processo, em conjunto com as universidades. A formação de equipes nas instituições de ensino superior, composta por professores e estagiários, tem condições de viabilizar a oferta de EJA em todo o território nacional.

O mercado de trabalho busca mão-de-obra cada vez mais especializada, exigindo ainda, criatividade e desembaraço. O homem ou a mulher merecem ter acesso ao conhecimento, ao respeito e seu direito ao trabalho digno. Em um mundo cada vez mais competitivo, não podemos falar apenas em alfabetização, no mínimo, em ensino fundamental.

Apesar de haver iniciativa para a regularização do ensino fundamental, que visa diminuir a diferença entre idade e ano escolar, verifica-se a contínua existência de excluídos dos ensinos fundamental e médio, sem escolaridade completa, tanto jovens quanto adultos.

Mas uma proposta viável necessita da formação de parcerias, entre MEC enquanto órgão regulador, o governo do Estado na supervisão e disponibilização de materiais didáticos (como se propôs no PAI), as Prefeituras/ Secretarias de Educação Municipal na oferta do espaço e na disponibilização do professor e, com a sociedade civil como executora, como é o caso da Universidade de Sorocaba, na formação inicial e continuada do educador e no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem. E também estimular parceria com a indústria e o comércio para atendimento dos funcionários, a responsabilidade social. Mas, para que ocorram essas parcerias, o Estado tem que desempenhar o papel que lhe cabe enquanto órgão regulador para a primazia do ensino no país.

Muitos são os condicionamentos que encontramos no dia a dia que interferem na apropriação do conhecimento pelos alunos: econômico, motivacional, social; não obstante alguns conseguem ultrapassar essas barreiras. Isso é possível através da reflexão da prática, do diálogo constante com professores e alunos e do comprometimento de todos, realidade no Programa.

As cidades parceiras do Proeja-Uniso provam constantemente que na união e no comprometimento de educadores em prol de uma ideia – uma formação plena – a ação não tem como dar errado.

Lutar pela mudança das políticas impostas para essa modalidade de ensino é a não aceitação das injustiças estabelecidas, pois o inconformismo funciona como mola propulsora para que se estabeleçam novos caminhos para a Educação de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, para o país como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfabetização Solidária. Disponível em: < <http://www.alfabetizacao.org.br>>. Acesso em: 08 nov. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

INEP. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Acesso em: 14/12/09, 11h.

LDB nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PNE – Plano Nacional de Educação.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. 16ª edição rev. e amp. Autores Associados. Campinas: 2000.

SAVATER, Fernando. O Aprendizado Humano. In: *O Valor de Educar*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29-44.

SOARES, Leôncio. *Educação de jovens e adultos: diretrizes curriculares nacionais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

VILLALOBOS, João Eduardo R. A Educação de 1º Grau no Quadro da Reforma. In: BREJON, Moisés (org.). *Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º Graus*. 11. ed. São Paulo: Livraria Pioneira. 1978. p. 137-156.

